



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Vigésima Sexta Sessão Ordinária do Primeiro Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 16 de agosto último. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Benedito José do Couto (1), Professor Cinoê Duzo (2), Daniel Gasparini dos Santos (3), Daniela Dalben Mota (4), Dayane Amaro Costa (5), João Antônio Pires Gonçalves (6), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (7), Laércio Rocha Pires (8), Leonardo David Zaniboni (9), Luís Roberto Tavares (10), Professor Luiz Antônio Guarnieri (11), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou Vereador João Antonio Pires Gonçalves para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "EXPEDIENTE", o Senhor Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

suspendeu a sessão para atender ao Requerimento nº 277, da Vereadora Dayane Amaro Costa, aprovado por unanimidade dos senhores Vereadores em sessão de 18 de abril de 2013, onde cada Vereador pode fazer a respectiva homenagem para DALIANE RIBEIRO, SANDRA KUSSUNOKI, ALOÍZIO MERCADO, JANE DO ROSÁRIO LONGATTO URBINE, IARA DO CARMO MANERA LONGHI, LILIANA ELIZABETH ALEGRE, CARMEN LUCIA BRIDI, ALINE APARECIDA ROCHA, ROGÉRIO DURANTE, ROSANA JULIA MEGIATTO BRONZATTO DE AZEVEDO, JOSÉ FLÁVIO JULIANI CITÉLLI, SHIRLEY FERRAZ DE QUEIROZ, CARLA MARIA MAZOTINE, SANDRA HELENA ANDRADE REGOLIN e LÍBERO MONTEIRO DE OLIVEIRA. Em seguida, cumprindo o Requerimento do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, foram prestadas homenagens aos profissionais da Segurança Pública mais atuantes no último trimestre e receberam a Comenda da Conseg – Conselho de Segurança: Polícia Militar: 1º Sargento PM ÉLCIO ANTÔNIO SEBASTIÃO e Soldado PM ANDRÉ MONTEIRO DE ARAÚJO. Homenageado da Polícia Civil: Doutor JOÃO LUÍS RISSATTO. Homenageado da Guarda Municipal, GM SEBASTIÃO FRANCISCO DOS SANTOS e, pela Brigada de Incêndio, a homenagem ‘in memoriam’ ao Brigadista CARLOS ALBERTO GOMES, representado pela esposa, Senhora Ivone Aparecida da Silva Gomes. Findas as homenagens, o Senhor Presidente submeteu à apreciação do plenário a ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária, realizada em 12 de agosto último, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei Complementar nº 9, de 2013, da Mesa da Câmara, “criando o cargo de Recepcionista”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 2. Projeto de Lei nº 104, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, “dando o nome de Raphael Maldonado Pinto para a MMR – 052”; (ao exame das Comissões de Denominação de Vias e Logradouros Públicos e de Justiça e Redação). 3. Projeto de Lei nº 108, do Vereador Professor Cinoê



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Duzo “tombando como patrimônio histórico o prédio onde funciona a Subprefeitura de Martim Francisco”; (ao exame da Comissão de justiça e Redação). Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs 541, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira solicitando ‘ cópias do processo de licitação da contratação de pesquisas de opinião pública; nº 542, 543, 544, 545, do Vereador Luís Roberto Tavares, encaminhando “minuta de projeto de lei sobre incentivo fiscal para realizar projetos culturais na cidade; minuta de projeto sobre o programa de distribuição gratuita e domiciliar de medicamentos de uso contínuo e materiais necessários à aplicação para idosos acima de 60 anos; realização de homenagem ao senhor Afonso Sambrana dia 26 de agosto; informações sobre o Conselho Antidrogas da cidade”; nº 546, 547, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando “relação de imóveis de propriedade da cidade; informações sobre as licitações em andamento”; nº 550, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitando “que o Conselho Tutelar compareça dia 23 de setembro para explicar o projeto para a escolas Municipais”; nº 551, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, solicitando “encaminhamento de minuta de projeto de lei destinando R\$ 0,50 por aluno para as Apaes das Emeps _ Escolas Municipais de Educação Básica, EJAs - Educação para jovens e Adultos e Cempis – Centros Educacionais Municipais de Primeira Infância”; nº 552, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando “esclarecimentos da Secretaria de Meio Ambiente e Cetesb sobre o rio Mogi Mirim”; nº 553, do Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri, solicitando “dados da pesquisa de opinião pública feita pela empresa contratada pela Prefeitura”; nº 554, da Vereadora Daniela Dalben Mota, solicitando “o encaminhamento de minuta de projeto de lei referente à folga ou dispensa do trabalho para servidores realizarem exames de saúde preventivos”. DE Em seguida, foram aprovadas as seguintes **MOÇÕES**: nº 124, 126, do Vereador Professor Cinoê Duzo, “de pesar pelo falecimento do Capitão Aviador João Igor da Silva e do Capitão Aviador Fabrício Carvalho, ambos da Força Aérea Brasileira – Esquadilha da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Fumaça, em 12 de agosto último; falecimento do Antônio Carlos Ceccato”; n°s 124 e 125, da Vereadora Daniela Dalben Mota, “de congratulações e aplausos com o Instituto Imaculada Conceição pela organização do passeio ciclístico do Dia dos Pais; e de pesar, pelo falecimento do Senhor, Eduardo da Costa Filho”. Na sequência, o Senhor Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Senhor Prefeito: n° 667, do Vereador Benedito José do Couto, indicando “implantação de cobertura nas áreas de espera das UBSs; n° 672, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, indicando “troca de lâmpadas no Jardim Planalto”; n° 674, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicando “operação tapa-buracos na Rua João Miguel Finhane”; n° 675, 676, 677 e 678, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, indicando “inclusão no orçamento de 2014 as obras de duplicação da Av. Antônio Moreno Peres, ligação da Rua Padre Roque com a Rua Doutor José Alves, duplicação da Avenida Brasil, Construção de segundo acesso na Zola leste pela estrada da Penha, destinação de infraestrutura para o Parque das Laranjeiras e Domênico Bianchi; medição de decibéis nos bares e casas noturnas da região do Hospital 22 de outubro, nos fins de semana, após as 21 horas; controle de pombas na Emeb “Professor Alfredo Bérghamo”; manutenção na cobertura da quadra da Emeb “Alfredo Bérghamo”; n° 679, 680, 681 e 682, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicando “poda de árvore na Rua Primeiro de Maio, 17, Centro; pavimentação asfáltica na Rua Doutor Natal do Nascimento Vargas, Chácaras São Marcelo; limpeza, capinação e revitalização da Praça Benedito pereira da Silva, Chácaras São Marcelo; idem na Praça Frei Henrique Maynadier, Mirante; n° 683, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, indicando “aumento de destinação de linhas de transporte público para o assentamento 12 de outubro”; n° 685, 686, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, “projeto de barramento, licenciamento e construção no terreno ao lado da Emeb “Vereadora Terezinha da Silva Oliveira, Parque Novaccop; cobertura da quadra Harmonia e Justiça, Jardim Flamboyant”; n° 687, 688, 689, da Vereadora Daniela Dalben Mota, indicando “iluminação nos postes da Rua Doutor José de Abreu Prado, 200,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Jardim Ipanema; inclusão no PPA e LDO a dotação para o Centro Interstício de Libras; cumprimento da lei nº 5.055/11, programa de equoterapia”; nº 690, 691 e 692, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, indicando “transferência da sede do Conselho Tutelar para outro local; inclusão de verba no orçamento de 2014 para compra de equipamentos de informática para o Conselho Tutelar; idem para castrações e microchipagem gratuita aos animais da população carente; nº 694, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, indicando “ponto de luz na Rua Antônio Ferreti Malheiro, 533, Parque das Laranjeiras; nº 695, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, indicando “limpeza da Praça Plínio Bianchi”; nº 696, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, indicando “inclusão da Rua Projetada do distrito de Martim Francisco no registro de ruas municipais”; nº 697, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, indicando “implantação de redutor de velocidade na Avenida Tupi, Mogi Mirim II”; nºs 700, do Vereador Benedito José do Couto, indicando “criação de um Centro de Convenções para eventos religiosos e culturais, científicos, corporativos e empresariais”; nº 699, do Vereador Laércio Rocha Pires, indicando “informações e esclarecimentos sobre quantas carriolas equivalem a 1 m³ de entulhos e galhos, que são permitidos para deixar na calçada para coleta pela Prefeitura, uma vez que a população desconhece tal quantidade”; nº 701, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, “indicando novo emplacamento da Avenida Doutor Luiz Sérgio Lima Pinho, substituindo a placa errada ‘Pinheiro’”. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs 867 a 876, do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, datados de 9 a 14 de agosto de 2013, respondendo às proposituras: Requerimentos: nº 455, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros; nº 94, 463, do Vereador Luís Roberto Tavares; 465, da Vereadora Dayane Amaro Costa; nº 471, da Vereadora Daniela Dalben Mota. Indicações: nº 52, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves; nº 562, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros; nº, 543, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; nº 575, 432, da Vereadora Daniela Dalben



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mota; nº 458, 494, do Vereador Professor Cinoê Duzo; nº 474, 532, do Vereador Laércio Rocha Pires; nº 479, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; nº 482, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; nº 516, da Vereadora Dayane Amaro Costa; nº 543, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni; (dê-se conhecimento aos Vereadores interessados e arquivem-se os documentos). Comunicado datado de 9 de agosto último, do Ministério da Educação, “informando sobre a liberação de recursos dos vários programas”; (arquive-se). Telegramas datados de 8.8.13, do Ministério da Saúde, “informando sobre a liberação de recursos dos vários programas”; (arquivem-se). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para ser levados ao conhecimento do plenário, o Senhor Presidente, pelo parágrafo único do art. 108, facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos. A primeira oradora regularmente inscrita, Luzia, saudou os presentes e se referiu ao último item da pauta, cujo projeto recebeu parecer desfavorável da Comissão de Justiça e Redação. Disse que trabalhava na área social e via o Conselho Tutelar divulgando sua pesquisa e, na área da saúde e assistência social, e todos sabiam de famílias onde todos eram dependentes químicos e bem sabia que era difícil resgatá-los. Todo o tempo em que trabalhava na Prefeitura, sabia que as frentes de trabalho eram diferente em todos os departamentos – todas excelentes, conforme frisou – mas o problema era crucial em todas as áreas. Assim, solicitou que todos votassem contra o parecer contrário, a fim de o programa para dependentes ser efetivamente implantado na cidade. Sobre o parecer do NDJ, viu escrito que a iniciativa é do Prefeito, mas o art. 3º da LOMM garantia a iniciativa concorrente. O autor da matéria, Vereador Waldemar Marcurio Filho, pesquisou e viu que o programa havia em outros Municípios, por iniciativa da Câmara e, se o Prefeito desejasse, poderia vetar a matéria. Em seguida, assumiu a tribuna a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, a qual saudou os presentes e se referiu à sua Indicação sobre a verba para as APMs das escolas, emenda aprovada no orçamento passado. Assim, enviou minuta ao Prefeito para que o dinheiro pudesse servir no uso de manutenção nas escolas, como queima de lâmpadas, peça de couro ou borracha para as torneiras, tomadas, fios e compras



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

menores. Como exemplo, citou que a impressora de modelo antigo quebrou e os professores tiveram que esperar três meses para conserto; se houvesse essa verba, poderia consertar a impressora, facilitando o bom andamento do trabalho na escola. Por outro lado, a Secretaria da Educação não conseguia dar conta da manutenção de todas as escolas e isso causava reclamação entre o corpo docente das escolas. Assim, essa verba seria gerenciada pelas respectivas Diretoras das escolas, facilitando e muito o trabalho de todos. Prosseguindo, abordou o assunto da restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo, onde funcionava o Educandário no prédio contíguo e que agora, por decisão da igreja, não mais funcionará, o que gerou o problema: onde ficarão as 120 crianças, após findo o contrato de aluguel da casa onde ocupam. Diziam que um terreno vai ser doado para o jogador Rivaldo construir o prédio, o tempo estava passando e nada de efetivo estava resolvido, causando preocupação às mães. Então, os Vereadores deveriam se mobilizar para tentar minimizar ou resolver o problema, efetivamente. O Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino desistiu de falar. Assumiu a tribuna o Vereador Leonardo David Zaniboni, que respondeu á Vereadora Luzia Cristina Cortez Nogueira, que disse ter lido bem a LOMM e também o parecer da NDJ. Frisou que bem sabia tudo o que estava assinando, pois era Presidente da Comissão de Justiça e Redação e que, realmente, a iniciativa do projeto cabia apenas ao Poder Executivo, restando ao Vereador encaminhar a sua ideia, através de propositura própria. Reconheceu que ideia do Vereador Waldemar Marcurio Filho era perfeita e teria todo o seu apoio, mas a iniciativa era do Prefeito, de acordo do art. 167, da Constituição Municipal, porque gerava custos ao Executivo, porque previa a criação de cursos. O Vereador Leonardo David Zaniboni pediu a todos que respeitassem os colegas de vereança, e que já era a segunda vez que a vereadora Luzia Cristina Cortes Nogueira fazia críticas à pessoa dele, Vereador Leonardo David Zaniboni. Posto isto, encerrou a sua participação. Em seguida, assumiu a tribuna a Vereadora Dayane Amaro Costa, que saudou os presentes e se desculpou com os Vereadores por ter se esquecido de agradecer por terem aprovado a ideia de homenagear os escritores na noite de hoje, uma grande realização sua. Também estava feliz porque veio à Casa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para leitura o projeto de castração de animais, trabalho conjunto com o Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, junto aos Deputados de seus partidos. Disse também que contactou os Deputados Osvaldo Vergínio, Luiz Carlos Gondin, Rafael Silva, Leandro KLB para cobrar a realização de seus projetos e a liberação de verbas para a aquisição de impressora em Braille para a Prefeitura de Mogi Mirim. Em seguida, pediu apoio para a acessibilidade e desejava ver atendidos os seus pedidos. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador João Antônio Pires Gonçalves, o qual se referiu às reuniões realizadas pelo Prefeito, que concitava a população a participar da decisão e uso da verba orçamentária da cidade. Julgou tal iniciativa importante e citou a reunião da zona norte, na escola “Humberto Brasi”, e ele pediu duas obras importantes para aquela área, que não foram feitas por falta de verbas. Porém, na reunião daquele bairro, o Prefeito disse que estava pleiteando verbas para um UPA naquela área, ou seja, um PAI – Pronto Atendimento Integrado, e havia um aceno positivo par tal efetivação. O outro pedido se referia à ligação da zona norte ao Parque do Estado II, porque, infelizmente, as pessoas colocavam críticas no Facebook, sobre a iniciativa das ideias, mas tal obra fazia parte de sua plataforma de campanha e era de iniciativa dele, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, desde 2001. Prosseguindo, disse ter lido que Dirceu Paulino, Gerente de Esportes, desejava a implantação de escola de futebol no Tucurinha, e ele já havia tido tal iniciativa também, e desejava que o campo fosse reformado para destinar às crianças da zona norte. Por fim, saudou Dirceu Paulino e o parabenizou pelo ótimo trabalho frente à área de esportes da cidade. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que saudou os presentes e deu ciência de sua matéria, que tratava dos imóveis Municipais da cidade que estavam desocupados e servido de abrigo para dependentes químicos. Sobre o seu projeto, solicitou aos colegas que votassem a favor da matéria e contra o parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação, porque não gerava despesas, já que os cursos seriam apresentados em escolas pela Polícia Militar e pela Guarda Municipal, que já faziam tal trabalho. Ressaltou que a droga desestruturava qualquer família e que o assunto deveria ser tratado na escola, já que o jovem deveria conhecer como seria o seu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fim, se se tornasse dependente. Por fim, disse que os vereadores também deveriam se envolver no assunto e aprovar o seu projeto, votando contrariamente ao parecer desfavorável da Comissão, e agradeceu o apoio de todos, de antemão. Em seguida, falou o Vereador Luís Roberto Tavares, que saudou os presentes e avisou o colega que o antecedeu que daria total apoio ao projeto de lei a ser votado hoje. Isso porque solicitou informações sobre o Conselho referente ao tema. Em seguida, saudou o pessoal da área da cultura hoje presente às galerias da Casa e deu entrada ao projeto de lei referente ao incentivo à cultura, mas a iniciativa seria apenas do Poder Executivo. Porém, ele julgou importante realizar uma audiência pública para que o Município apoiasse o setor da cultura na cidade. Como exemplo, citou a funcionária da Câmara, Liliana Elizabeth Alegria, atriz consagrada e já premiada em muitas cidades, e não recebia o apoio da cidade, principalmente nas apresentações em outras cidades. Citou um fato curioso: Liliana e equipe foram se apresentar em outra cidade, pelo Mapa Cultural, e chegaram ao local de ambulância, porque era o único meio possível que o Executivo pode destinar a eles. Resultado: a assistência daquela cidade julgou que eles já estavam representando alguma peça. Ato contínuo, foi à tribuna o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, o qual saudou os presentes e parabenizou o Vereador Luís Roberto Tavares pela minuta e ao Joseph Martins, que se envolveu na redação da ideia. Na sequência, falou o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que saudou os presentes e disse respeitar a pesquisa solicitada pelo Prefeito, mas não concordava com o alto custo dela, apenas para apurar a popularidade do Chefe do Executivo junto à população. A respeito do Educandário, disse que conversou com Wilson Bonetti e com o Padre Nelson, onde ficou resolvido que haveria a restauração da Igreja, que foi danificada pelas obras do prédio contíguo. Sobre o Educandário, o Padre Nelson disse que não dependia dele, embora tivesse sido fundado pelo Monsenhor Nardim, para abrigar os pobres, no sistema de internato, e hoje servia de creche. Como o espaço é da igreja e havia contrato de locação, a Igreja aproveitou para não renovar o contrato e cabia ao Município cuidar do assunto e abrigar as 120 crianças daquele local, não as deixando a esmo. Prosseguido, disse que apurou a falta de manutenção do teatro e do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

museu do Centro Cultural e, segundo o Gerente da Cultura, André Albejante Mazon, não havia condições e verbas para fazer as devidas reformas, mesmo porque o prédio pertencia ao Estado. A seguir, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que saudou os senhores Vereadores e discursou sobre o seu projeto pelo qual lutava desde a gestão passada, que tratava de melhorias na área da Saúde, que era a construção de área com abrigo em todas as UBSs para que os cidadãos pudessem aguardar com conforto a hora de serem atendidos. Em todos os lugares havia fila e os usuários deveriam aguardar a sua vez sentados e abrigados das intempéries e ele – orador – iria buscar a efetiva solução do assunto. Em seguida, citou sobre a sua indicação buscando a criação de um Centro de Convenções para eventos religiosos, culturais, científicos, corporativos e empresariais, obra que poderia ser incluída no orçamento do Executivo, já que iria construir um prédio novo para a Prefeitura. Em seguida, agradeceu ao Deputado Chico Sardelli pela destinação de verbas à cidade, a pedido dele, Vereador Benedito José do Couto, para a revitalização da Praça Chico Mendes, na zona leste. Em seguida, agradeceu aos Pastores Jean e Evair, da igreja onde ele congregava, bem como ao Prefeito e Vice-Prefeito, ao Gerente GM Paulo Machado, pelo trabalho realizado na Escola “São Judas Tadeu”, com aferição de pressão, teste de glicose, oftalmologista e 130 consultas médicas, cortes de cabelo, psicólogos e terapia familiar, e foram distribuídos 800 lanches do tipo cachorro-quente e suco à vontade, numa colaboração da Igreja, em trabalho conjunto com o Município na área social. O projeto foi um sucesso e a Secretária gostou da iniciativa, e pediu que o evento fosse mensal, o que seria impossível, porque a festa foi feita com recursos da igreja. Por fim, disse que o Executivo poderia ajudar numa nova edição do projeto e se colocou à disposição para mediar as tratativas. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires, o qual saudou os presentes e louvou a atuação do Vereador Leonardo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

David Zaniboni frente à presidência da Comissão de Justiça e redação. Em seguida, disse que o Deputado David Zaia liberou uma verba de R\$ 50 mil para a Casa de Santo Antônio, que adquiriu um carro, geladeira, máquina de lavar e outros itens. Em seguida, citou que ele e o Vereador Manoel Palomino estavam pleiteando outra verba para o Lar Emanuel, algo em torno de R\$ 500 mil com o Deputado Arnaldo Jardim e R\$ 200 mil com o Deputado Roberto Freire, para a UBS do bairro Linda Chaib. Agradeceu o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp pelo atendimento na obra do posto de saúde do Jardim Paulista. Comunicou que iria até São Paulo amanhã para fazer novos contatos com os Deputados de seu partido, o PPS, que sempre estavam presentes na cidade, frequentemente, fazendo visitas na Irmandade da Santa Casa, cujo provedor pediu-lhes uma aparelhagem. Assim, criticou que os Deputados do PDT, partido do Prefeito, sequer visitavam o gabinete do Executivo e os Deputados de seu partido, o PPS, vinham com frequência à cidade e destinavam verba para as entidades assistenciais e obras Municipais. Em seguida, parabenizou o Prefeito pelo projeto “Transparência Mogi”, porque as reuniões estavam sendo satisfatórias, mas deveriam ser levadas para outros bairros também. Por fim, convidou o Presidente da Câmara para ir a São Paulo com ele. Na sequência, foi à tribuna o Vereador Jorge Setoguchi, que saudou os presentes e convidou os presentes para a reunião na Capela Santo Antônio, Piteiras, no projeto “Transparência Mogi”, e os trabalhadores rurais eram reconhecidos como a terceira empresa a restituir impostos para os cofres públicos. Ato contínuo, falou o Vereador Cinoê Duzo, o qual saudou os presentes e citou a notícia do Jornal “A Comarca”, que falou da falta de cesta básica aos servidores, obras que criavam outros problemas, ao invés de resolvê-los e abandono do Cemitério, e fez um paralelo com o gasto de quase R\$100 mil para uma pesquisa que contratou para saber de sua popularidade e da opinião pública sobre as obras Municipais. “Isso é jogar dinheiro no lixo.” – constatou o Vereador Cinoê Duzo. Em seguida, citou outras obras Municipais, como o asfalto no Espaço Cidadão para atender boxes de feira, de modo a não ser asfalto sustentável, Horto Florestal estava fechado, Voçoroca estava sem manutenção, entre outros problemas ambientais, que contrariavam o lema do governo: Cidade



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Sustentável. “Leia os três jornais, Sr. Prefeito!” – recomendou o orador, finalizando a sua participação. Na sequência, falou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que saudou os presentes e lembrou que questionou a verba destinada pelo Deputado Federal Nelson Marquezelli para o Campo da Santa Cruz, no Parque da Imprensa. Entretanto, a verba foi perdida por negligenciada Administração Pública, com um distrato feito pelo ex-Prefeito Carlos Nelson Bueno, o que lhe deixou muito chateado e merecia duras críticas dele, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Falou que a contrapartida do Município era irrisória e que não deveria dispensar a verba que vem de outras esferas. Ao solicitar informações, a atual administração disse que estava abrindo licitação para a obra, mas soube depois do distrato assinado pelo ex-Prefeito Carlos Nelson Bueno, que também perdeu a doação de dois tratores. “Esse é um dos motivos que dá vontade parar com tudo, porque até os que trabalham direito fazem dessas coisas. Infelizmente, isso vai muito mal, é de dar dó.” – lamentou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, contestando a fala do Vereador Laércio Rocha Pires de que só os deputados do PPS traziam verba para a cidade, já que os Deputados Nelson Marquezeli, do PTB e Barros Munhoz, do PSDB, ajudaram muito a cidade. Em seguida, discursou a Vereador Maria Helena Scudeler de Barros, que saudou os presentes e salientou que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que todos os Municípios façam reuniões nos bairros e o atual Prefeito estava cumprindo a lei, como os ex-Prefeitos Paulo de Oliveira e Silva e Carlos Nelson Bueno o fizeram, em suas gestões. Em seguida, falou sobre o programa de atuação preventiva nas escolas, objeto do projeto a ser votado hoje. Ela disse fazer parte da Comissão de Justiça e Redação e também analisou o tema da matéria, e tinha conhecimento de todos os projetos de lei que chegavam à Casa Legislativa, cumprindo o seu papel de legisladora, fazendo jus ao seu subsídio e honrando os votos que recebeu de seus eleitores. A assessora do Vereador Waldemar Marcurio Filho, Doutora Edna, trouxe um parecer do Estado sobre o tema, baseado na Lei Orgânica do Município de São Paulo, que deu a iniciativa de projetos da Saúde e Educação para o Vereador, diferentemente da LOM de Mogi Mirim, que dava a iniciativa ao Prefeito, exclusivamente. Por fim, disse que ela assinou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o parecer desfavorável, mas que iria votar contra ao próprio documento que assinou. Sabia que incoerência, mas estava segura que iria fazer isso com responsabilidade. A seguir, assumiu a tribuna a Vereadora Luzia Cristina Cortez Nogueira, que valorizou a atuação do Vereador Leonardo David Zaniboni frente à Comissão de justiça e redação e que não o ofendeu. “A minha postura não é de desrespeito ao senhor, mas questiono o que está escrito. Eu fiz isso também da outra vez, e o Ministério Público opinou por investigar o tema.” – salientou a oradora. Lembrou, ainda mais, que na outra gestão, vários projetos foram aprovados com vício de iniciativa e prevaleceram, porque cuidavam da Educação e da Saúde. Também como Líder, assumiu a tribuna o Vereador Osvaldo aparecido Quaglio, que a repassou ao seu liderado, Vereador Luís Roberto Tavares. Após a anuência do presidente, comunicou o lançamento do III Festival do Cinema, com o filme “Outra Vez João e Maria”, conto premiado da Liliana Elizabeth Alegre. Em seguida, lembrou que conseguiu a verba de R\$ 50 mil, pelo Deputado Cauê Macris, para aplicar na academia ao ar livre, no Nias. . Por fim, disse que a CEBE, antiga Guarda Mirim, havia recebido a verba de R\$ 50 mil, também do Deputado Cauê Macris e o Cecom Vila Dias também recebeu o mesmo montante, do mesmo deputado, para a fanfarra, sala de informática e a compra do automóvel. Como Líder, falou o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que disse que o seu projeto não deveria ter se tornado tão polêmico, porque, na verdade, vai beneficiar grande parte da população, porque se tratava da educação do jovem contra o uso de drogas e os Vereadores foram eleitos para entender mais de noventa mil munícipes. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 22 horas, conforme o disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: Antes, porém, O Vereador João Antonio Pires Gonçalves solicitou votação englobada do item 1 ao 10 da pauta de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

hoje: (após votação, foi aprovado por unanimidade dos Vereadores tal pedido: votem-se englobadamente os itens 1 a 10 da pauta; os despachos seguem em separado, para melhor registro.) **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no §1º, inciso I do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 98, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal “instituinto a SEMANA MUNICIPAL DE TURISMO”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 98, de 2013, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 2. Projeto de Lei nº 99, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre alteração da denominação do emprego de “Guarda Municipal”, constante do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Mogi Mirim”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 99, de 2013, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 3. Projeto de Lei nº 101, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, objetivando promover o controle da população canina e felina e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. (Posto a votos, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 101, de 2013, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 4. Projeto de Lei nº 102, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 277.377,79”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. (Posto a votos, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 102, de 2013, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 5. Projeto de Lei nº 103, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 103.123,11”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. (Posto a votos, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 103, de 2013, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). “ex-vi” do disposto no §2º, do Artigo 171 do Regimento Interno: 6. Parecer nº 24/2013 da Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE) referente ao mês de janeiro de 2013. (aprovado por unanimidade dos Vereadores; arquivem-se os autos). 7. Parecer nº 25/2013 da Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE) referente ao mês de fevereiro de 2013. (aprovado por unanimidade dos Vereadores; arquivem-se os autos). 8. Parecer nº 26/2013 da Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE) referente ao mês de março de 2013. (aprovado por unanimidade dos Vereadores; arquivem-se os autos). 9. Parecer nº 27/2013 da Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE) referente ao mês de abril de 2013. (aprovado por unanimidade dos Vereadores; arquivem-se os autos). 10. Parecer nº 28/2013 da Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE) referente ao mês de maio de 2013. (aprovado por unanimidade dos Vereadores; arquivem-se os autos). **“ex-vi” do disposto no §2º, I do Artigo 171 do Regimento Interno:** 11. REQUERIMENTO nº 540/13, de iniciativa do Vereador Luiz Antônio Guarnieri “requerendo ao Poder Executivo providências sobre as péssimas condições da malha asfáltica e falta de boca de lobo na Rua Vereador Daniel Manara, no Parque da Imprensa”. Para discussão a pedido do Vereador Laércio Rocha Pires, que disse que a obra foi realizada, porque o maquinário da Prefeitura esteve trabalhando no local. Ele disse que constatou *in loco* que o serviço estava realizado. Assim, concitou os Vereadores para visitar o local



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e ver que tudo se resolveu, e que votassem contra a matéria. O Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri disse que visitou o local numa sexta-feira e o local estava péssimo e ele próprio sentiu-se temeroso em passar, porque a água estava verde, acumulando bichos, e o assessor Luiz Fabiano estava com ele. O proprietário de um estabelecimento disse que foi multado pela Vigilância Sanitária, porque as águas pluviais se misturavam com o óleo de sua oficina e escoava pelo asfalto. Citou ainda as proposições datadas de 7 de março e de 21 de junho, do Vereador Laércio Rocha Pires, bem como a de 4.6.12, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy e de 11.9.2009, do ex-Vereador José Fernandes Filho também pediu o mesmo. O Laércio foi consultado se ele, orador, poderia requerer melhoria para o local, e houve a anuência do colega. Hoje, em nova visita, constatou-se que havia melhorias para o local, faltando apenas o recapeamento. Então, nada havia sido contra a ética entre os pares de vereança e ele, Vereador Luiz Antônio Guarnieri iria prosseguir o seu trabalho com coerência e aplicação e concitou os pares a votar favorável ao seu documento. O Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna para dizer que houve uma proposição do Vereador Luís Roberto Tavares, sobre transporte público e ele fez outra, reforçando o mesmo pedido. Disse que todos os Vereadores são colegas e todos sabiam das deficiências de determinado local. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio disse ser esta uma discussão tola e concordou com O Laércio Pires que batalhava pelo local antes de ser Vereador. Entretanto, ele já havia reiterado requerimento de Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio e nem por isso foi-lhe pedido para retirá-los. “Vamos parar com esse ego insuflado, colegas!” – finalizou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. A Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti disse que não se podia votar um pedido cuja obra já havia sido feita, porque seria ridicularizar a Câmara. Disse mais, que o objeto da matéria é Indicação e não Requerimento e que isso não poderia ter passado na Secretaria. Por fim, concitou o autor da matéria a retirá-la da pauta. O Vereador Luís Roberto Tavares disse ter passado pelo problema da duplicidade do pedido por mais de um Vereador, e o município disse que gostaria que o Vereador Luís Roberto Tavares fizesse o pedido. Então, coube-lhe apenas fazer o ofício para o departamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

correspondente e o caso foi resolvido. (Posto a votos, a Casa rejeitou por 10 votos contrários e 6 votos favoráveis; archive-se a propositura). **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 12. Projeto de Lei 93, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 210.000,00”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. (Posto a votos, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 93, de 2013, do Senhor Prefeito, em Primeiro Turno); (encaminhe-se à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para apreciação e votação em segundo turno). 13. Projeto de Lei Complementar nº 06, de 2013, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares “alterando a redação da Lei Complementar nº 214/2002 que instituiu normas para denominação de locais públicos, em consonância com a LOMM e o Regimento Interno”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2013, do Vereador Luís Roberto Tavares, em Primeiro Turno); (encaminhe-se à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para apreciação e votação em segundo turno). **“ex-vi” do disposto nos Artigos 36 e 55, §4º do Regimento Interno:** 14. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 23, de 2013, de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho “dispondo sobre princípios de atuação preventiva no combate aos entorpecentes no ambiente escolar e dando outras providências”. Aprovado o Parecer desfavorável, o projeto será arquivado e, se rejeitado, será encaminhado às demais Comissões, nos termos regimentais. (Posto a votos, a Casa rejeitou o Parecer Desfavorável por 13 votos contrários e 3 votos favoráveis; encaminhe-se o projeto para as demais Comissões). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determina os arts. 114 e 115 da Resolução 276/10 (Regimento Interno vigente). A Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti foi à tribuna para dizer que ficou feliz com a reportagem de que a Feira Noturna virou um *point* dos munícipes, porque é um trabalho da atual Administração para que os agricultores vendessem seus



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

produtos sem agrotóxico à população. Cabia os votos de aplausos ao Secretário Valdir Biazotto e ao Prefeito Gustavo Stupp. Lutou também o valor de R\$ 1,00 a passagem do ônibus, que mereceu as congratulações de toda a população porque deu economia na passagem do ônibus. Assim, esta foi uma promessa de campanha que foi cumprida e estava se tornando realidade. Sobre as reuniões, a Lei de Responsabilidade Fiscal determinava reuniões nos bairros e audiência pública, mas não exigia a presença do Prefeito. No entanto, o programa “Transparência Mogi” estava sendo realizada pelo Prefeito Luiz Gustavo Stupp, repetindo o feito do ex-Prefeito Paulo de Oliveira Santos e não realizado pelo Prefeito Carlos Nelson Bueno. Assim, o Prefeito atual estava consultando a população para saber o melhor meio de gastar a verba disponível, indo nos bairros e entretanto em contato direto com a população. Frisou que não se viam mais buracos no asfalto da cidade, outro ponto positivo na atual Administração. Citou ainda que a população que realmente necessitava dos serviços públicos estava elogiando o bom trabalho que estava sendo oferecido na cidade. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares, que citou que na rua de traz de sua casa, o Saae havia feito um trabalho, mas não tapou o buraco, desde o início do ano. No CDHU também havia muitos problemas no asfalto e a zona leste estava ficando por último no programa de recapeamento da camada asfáltica; para o jardim Sbeghen, havia pedidos de operação tapa-buracos desde fevereiro, ainda sem resolução. Então, contrariando o que havia sido afirmado pela Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, disse que podia provar que a cidade não estava totalmente recapeada e a operação tapa-buracos da camada asfáltica ainda deixava muito a desejar. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que reconheceu o esforço do atual Prefeito, mas não iria concordar com a afirmação da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, porque muitos buracos e danos no asfalto advinham da gestão passada e estavam sem solução até agora. Em seguida, deixou uma pergunta no ar sobre a Voçoroca, o Zerão e o Horto Florestal: “O que está acontecendo hoje nesses locais estavam ocorrendo a partir de janeiro deste ano, ou os problemas já datavam de muitos anos atrás?” Posto isto, encerrou a sua participação. Em seguida,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

discursou a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, a qual se referiu ao Presidente Vereador Benedito José do Couto, interpelando-o que o sistema Siave, utilizado para protocolo de proposituras, estava fora do ar. Isso causava danos ao planejamento do Vereador e solicitou que se corrigisse o problema. Em resposta, o Presidente da Casa disse que estava tentando resolver o problema em definitivo, e mais, também o sistema de protocolo seria alterado, em breve. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio foi à tribuna para dizer que o atual Prefeito estava agindo conforme suas possibilidades nesse primeiro ano de Administração Pública, e que ele não tinha nenhuma experiência no cargo. A Feira Noturna era obra do Secretário Valdir Luiz Biazotto, pessoa que bem conhecia a cidade. Sobre a passagem do transporte público a R\$ 1,00, louvou a iniciativa e esperava que desse muito certo. Sobre os buracos do asfalto, via as obras sendo feitas, mas estava longe de ser o ideal e a cidade não estava toda arrumada, como havia frisado a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. Em seguida, endossou a fala do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, no tocante aos velhos problemas do Horto, da Voçoroca e do Zerão, e que não cabia por a culpa no atual Prefeito. Para finalizar, citou o velho dito popular: “O bom cabrito não berra.” O Senhor Presidente determinou fosse guardado um respeitoso minuto de silêncio pelo falecimento dos Senhores JOÃO IGOR DA SILVA, FABRÍCIO CARVALHO e ANTÔNIO CARLOS CECCATO. Cumprida dita providência e nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h55 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A